



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS COCAL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

JOANA MARIA FERNANDES PEREIRA

EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE
ADEQUAÇÕES CURRICULARES PARA CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO
ESPECTRO AUTISTA (TEA)

COCAL
2023

JOANA MARIA FERNANDES PERIRA

EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE
ADEQUAÇÕES CURRICULARES PARA CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO
ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico) apresentado como exigência parcial para obtenção do diploma do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Cocal.

Orientador: Prof. Dr. Denilson Pereira da Silva

Cocal

2023

EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE ADEQUAÇÕES CURRICULARES PARA CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Joana Maria Fernandes pereira¹
Denilson Pereira da Silva)²

RESUMO

Esta pesquisa bibliográfica tem como objetivo realizar um levantamento nacional sobre das adaptações curriculares necessárias que possibilitam a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), na sala de aula regular da Educação Infantil. Diante de tal concepção, abordaremos a seguinte problemática: O que são adaptações curriculares? Como são realizadas com alunos com TEA? De que forma essas adaptações podem contribuir para o ensino-aprendizagem desses alunos? E qual a importância de sua efetividade? A pesquisa será realizada por meio de análises de conteúdos já existentes que abordam o referido tema. Dessa forma, com base nos estudos realizados, constataremos as respostas de tais perguntas. Identificaremos também, as várias formas de efetivar adaptações e frisar que cada uma tem relevância em sua prática.

Palavras-chave: Educação; Inclusão; Adaptação Curricular

ABSTRACT

This aims to carry out a national bibliographic survey on of the necessary curricular adaptations that allow the inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD), in the classroom regular kindergarten. Faced with such a conception, we list the following problem: What are curriculum adaptations? How are they performed with students with ASD? of what how these adaptations can contribute to the teaching-learning of these students? How important is its effectiveness? The bibliographical research was carried out through analysis of existing content that address the aforementioned theme. Thus, based on the studies carried out, we found that curricular adaptations constitute educational possibilities for action in the face of students' learning difficulties. We identified that there are several types of adaptations and that each one is relevant in its practice. and that successful inclusive education comes about primarily through acceptance, understanding, and attention to student differences and diversity, which can include physical, cognitive, academic, social, and emotional aspects

Keywords: Education, Inclusion, Curriculum adaptation.

Data de aprovação: 21/10/2023

¹Graduada em licenciatura em Ed.Física - UNOPAR. Instituto Federal do Piauí.
Joanamariaa3098@gmail.com

² Doutor em Educação – UFPI, Master's Degree in Business Management -UNIFOR, Instituto Federal do Piauí - IFPI. Denilson@ifpi.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, não se sabe o número exato, mas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020, segundo o Censo Escolar, o Brasil tinha 1,3 milhão de crianças e jovens com deficiência na Educação Básica. A grande dúvida é: a sociedade está preparada para contribuir e incluir satisfatoriamente o desenvolvimento dessas pessoas? Nas últimas décadas, muito se tem falado sobre um Sistema Educacional Inclusivo, em todas as esferas, seja ela política, cultural, social e pedagógica, todos a favor do acesso a uma educação inclusiva de qualidade. No nosso país a Educação Inclusiva teve grande relevância a partir da Conferência Mundial de Educação Especial em 1994, quando foi anunciada a Declaração de Salamanca que define o conceito de inclusão como um desafio para a educação, na medida em que estabelece que o direito à educação seja para todos e não só para aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais, como podemos observar no trecho abaixo:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (p. 17-18)

A declaração indica a difusão dos preceitos neoliberais, sob a forma de políticas públicas e que passou a considerar a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares como a forma mais avançada de democratização das oportunidades educacionais. Podemos ainda evidenciar que a primeira versão da tradução da Declaração é disponibilizada no Brasil em 1994 e reeditada em 1997, período no qual o contexto político do país era democrático, em que grupos sociais foram criados e começam a ter força. Já a versão da Declaração de Salamanca disponível hoje no website do Ministério da Educação está envolta em um cenário político que aloca, na educação, a responsabilidade pela inclusão social e, dessa maneira, pode-se observar grandes investimentos na Educação Infantil e no Ensino Superior. Com isso, no campo educacional, a educação inclusiva ganha força focada no âmbito da Educação Especial como sua propulsora e responsável na escola.

A efetivação da prática educacional inclusiva não será garantida por meio de leis, decretos ou portarias que obrigam as escolas regulares a aceitarem os alunos com necessidades especiais, a presença do aluno na sala regular, não garante de inclusão, por isso o que realmente deve-se priorizar como garantia é os três níveis de desenvolvimento, o acadêmico, o socioemocional e o pessoal, de forma a oportunizar a criança uma educação de qualidade. Devemos lembrar que todos os alunos são indivíduos únicos. Cada um terá vários conjuntos de talentos e desafios, o que funciona com um, pode não funcionar com outro. E o que funciona um dia, pode não funcionar no outro. Quando falamos de alunos com deficiência, é preciso

compreender e analisar que o processo de aprendizagem é possível dentro de sala de aula regular e modificar o pensamento supressores de que esses alunos não são capazes de adquirir conhecimento, conviver e socializar com os demais. É na escola que este processo de transformação acontece de forma contínua (depois da família), é neste espaço único que os indivíduos são capazes de assimilar conteúdos, interagir e construir conhecimentos:

Ainda há profissionais que acreditam que a presença dos alunos com deficiência quebrará a rotina da escola. Por isso, temos que pensar em uma inclusão que afaste o pensamento de fracasso, assumindo posturas de novos ensinamentos e novas aprendizagens. Isso consiste em uma renovação da escola (CUNHA, 2015, p. 71).

Para Cunha (2015, p. 153):

Em sala de aula, há inúmeras vozes que se cruzam, quando todos os alunos contribuem com seus pensamentos de forma a construir um diálogo, através do qual se pode colher assim os frutos do conteúdo abordado.

Sabemos que a escola é essencial na vida dos alunos, e é preciso que haja uma parceria com a família, numa proposta de educação compartilhada, principalmente no caso dos alunos com deficiência, para que haja resultado satisfatório de aprendizagem destes educandos.

O trabalho apresentado tem como objetivo descrever e compreender como é feita em teoria, as adaptações curriculares para crianças com transtorno do espectro autista. Além de realizar o levantamento bibliográfico acerca das adaptações curriculares que possibilitem a inclusão escolar por inteiro; identificar quais adaptações são consideradas possibilidades educacionais, considerando as contribuições necessárias para o aprendizado; evidenciar a importância da inclusão escolar e o desafio dos profissionais da educação para realizar tais tarefas para que ocorra efetivamente a inclusão destes alunos juntamente com a família. Explicar estratégias de adaptação curriculares, são de grande importância, pois sabemos que encontrar materiais curriculares que garantem melhor aprendizagem desse aluno, é uma tarefa árdua, mas não impossível. A escolha desse tema justifica-se pela relevância da vasta área de conhecimentos em que o tema aborda e muitas vezes a sua prática é deixada de lado, salientamos assim, “a sua importância de adequar um currículo este aluno, pois o seu futuro e autonomia dependerá do que fizermos hoje específicos” (SPERANDIO, 2017, p. 33).

O estudo encontra-se organizado em 5 seções, iniciando pela introdução; na segunda seção consta o levantamento de autores que discutem sobre conceitos ligados as adaptações curriculares dentro da escola; na terceira seção apresenta a metodologia aplicada; na quarta seção, constam os resultados e discussões da pesquisa; e a quinta seção, com as considerações finais do estudo

2 REFERENCIAL TEORICO

Adaptação curricular consiste em ajustes e modificações que devem ser realizadas nas diferentes formas pedagógicas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional prevê, entre outros, em seu artigo 59, incisos I e II, de currículo e terminalidade específica para o atendimento dos educandos, que a escola se mobilize para estruturar um conjunto de ações e providenciar recursos necessários

que garantam o acesso e a permanência de todos os alunos, promovendo um ensino que respeite as especificidades da aprendizagem de cada aluno. A proposta inclusiva veio sinalizar as mudanças pelas quais a escola regular necessita passar para que seja proporcionada uma educação de qualidade para todos. Nesse sentido, Borges (2005, p. 3, apud Bortolozzo, 2007, p. 15) afirma que:

“Um aluno tem necessidades educacionais especiais quando apresenta dificuldades maiores que o restante dos alunos da sua idade para aprender o que está sendo previsto no currículo, precisando, assim, de caminhos alternativos para alcançar este aprendizado”.

Miranda e Filho (2012, p. 12) também afirmam que, “nesse processo, o educador precisa saber potencializar a autonomia, a criatividade e a comunicação dos estudantes, e, por sua vez, tornar-se produtor de seu próprio saber”. De acordo com a lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional L.D.B., no Art. 58, entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede comum de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Para que a educação especial ocorra de forma igualitária, as escolas juntamente com sua equipe pedagógica, precisam repensar nas suas estratégias de ensino para não ficar preso ao espaço delimitado da sala de aula, usando novas metodologias, buscando mais conhecimentos e assim, repensar em suas práticas dentro do plano político pedagógico da unidade escolar, proporcionando uma educação mais inclusiva.

“A inclusão é um paradigma que se aplica aos mais variados espaços físicos e simbólicos e é uma prática social que se aplica no trabalho, na arquitetura, no lazer, na educação, na cultura, mas, principalmente, na atitude e no perceber das coisas, de si e do outrem” (CAMARGO, 2017, p. 1).

“Na escola inclusiva, o processo educativo deve ser entendido como um processo social, onde todas as crianças portadoras de necessidades especiais e de distúrbios de aprendizagem têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal” (Rodrigues, 2017, p. 3).

A educação inclusiva bem-sucedida acontece principalmente por meio da aceitação, compreensão e atenção às diferenças e diversidade dos alunos, que podem incluir aspectos físicos, cognitivos, acadêmicos, sociais e emocionais.

O princípio motriz é fazer com que todos os alunos se sintam bem-vindos, devidamente desafiados e apoiados em seus esforços. Também é extremamente importante que os adultos sejam apoiados também. Isso inclui o professor de educação regular e o professor de educação especial, bem como todos os outros funcionários e professores que são as principais partes interessadas e isso também inclui os pais. E devemos lembrar que, cada aluno tem suas características de aprendizagem próprias e cada deficiência requer uma estratégia diferente.

Para Coll et al (2004) a escola por ser uma instituição dotada de um referencial teórico e prático para a formação cidadã e social deve se preocupar em elaborar medidas para incluir todos os aprendizes um ensino de qualidade, independentemente da condição que estes carregam consigo. Desse modo, o

educador deve analisar uma forma de incluir todos os alunos com deficiência e necessidades especiais nas classes regulares em detrimento das suas limitações e de capacitação profissional das quais a escola é carente, com isso é necessário adaptar o currículo de acordo com as necessidades de cada aluno. Souza Freire (2012) aponta que a “inclusão” aplicada à educação TEA possibilita uma prática pedagógica que envolve a elaboração do processo de construção do conhecimento dos alunos autistas durante o processo de ensino.

2.1 O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Etimologicamente falando, autismo vem da palavra de origem grega "autos" cujo significado é "próprio ou de si mesmo", sendo caracterizado como um distúrbio neurológico que surge ainda na infância, causando atrasos no desenvolvimento (na aprendizagem e na interação social) da criança. O TEA é um transtorno que tem como característica as dificuldades nas habilidades sociocomunicativas, bem como no comportamento, considerando os padrões restritivos dos interesses ou atividades (APA, 2013). Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, DSM-5 (APA, 2013) esses sintomas surgem no início da primeira infância e prejudicam ou limitam o funcionamento do indivíduo. No que se refere às pesquisas com relação a sua prevalência, Schmidt et al. (2016) revelam que há um crescimento nos casos diagnosticados de autismo.

No Brasil, estudos que indica que cerca de 600.000 pessoas possuam TEA, correspondendo a aproximadamente 0,3% da população total do país (PAULA, RIBEIRO, FOMBONNE, & MERCADANTE, 2011). Ambos acreditam que essa estimativa pode ser ainda maior, considerando os casos não diagnosticados, que se encontram fora dos registros. Por se tratar de um espectro de condições, o padrão comportamental e cognitivo das crianças com varia bastante, o que impõe o professor desafios específicos no manejo com o aluno. Alguns fatores como a falta de conhecimento em relação ao TEA, bem como as crenças criadas, parecem interferir na prática pedagógica dos docentes, uma vez que muitos professores apresentam ideias distorcidas em relação ao Transtorno, principalmente em relação à comunicação destes alunos (ALVES, 2005; MARTINS, 2007; CAMARGO & BOSA, 2009). SCHMIDT ET AL., 2016). Muitos docentes associam o espaço escolar apenas à socialização do incluído com os demais alunos, fato que acaba restringindo o ensino e a aprendizagem. (GOMES & MENDES, 2010 GOMES, C. G. S.; MENDES, E. G. (2010). Para outros educadores, o processo de inclusão reflete na aprendizagem de habilidades funcionais, e não em conteúdos formais. Em consequência disso, verifica-se a existência de muitos alunos com defasagem escolar (SCHMIDT ET AL., 2016).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no seu artigo 55º (BRASIL, 1990) estabelece que é obrigatória a matrícula das crianças na rede regular de educação. No documento denominado Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN Adaptações Curriculares em ação, elaborado pela Secretaria de Educação Especial, do Ministério da Educação, diz que as adaptações curriculares devem ser entendidas como um processo a ser realizado em três níveis: no projeto político pedagógico da escola, por meio do qual é possível identificar e analisar as dificuldades enfrentadas pela escola, assim como, estabelecer objetivos e metas comuns aos gestores, professores, funcionários da escola, familiares e alunos; no currículo desenvolvido em sala de aula; e no nível individual, por meio da elaboração e implementação do Programa Educacional Individualizado (PEI). Um currículo

adaptado para crianças com TEA relaciona princípios, operacionalização, teoria e prática, planejamento e ação, sendo que essas noções de planejamento e de concepção curricular estão intimamente ligadas à viabilização de sua concretização segundo Mojón (1995).

Adiante das dificuldades e da complexidade da inclusão na atualidade é possível verificar que, de alguma maneira, este processo contribui tanto para o desenvolvimento da criança com deficiência como para seus colegas de turma. Alves (2016) revela que as concepções dos docentes em relação à inclusão, bem como a construção de vínculos do professor, com a escola e com o aluno, também demonstram importância neste processo. A participação ativa da família também é essencial porque colabora com informações sobre as necessidades do educando, seus interesses, como vê o que lhe é difícil, como interage, comunica-se com outros educandos. Nesse processo, a família tem a chance de especificar suas dúvidas, ansiedades e frustrações, como também de compartilhar, como mediador, o processo educacional do educando, segundo Sacristá (1998).

2.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA AUTISTAS

A matrícula da criança com autismo na escola regular, gera grande preocupação tanto para a família do educando quanto para a escola e sua equipe pedagógica. Ambos se questionam sobre a inclusão destas crianças e sobre as possíveis adequações escolares. Para Brande e Zanfelize (2012):

” receber alunos com deficiência, mais especificamente com transtornos invasivos do desenvolvimento, é um desafio enfrentado diariamente, pois infere utilizar de adequações ambientais, curriculares e metodológicas”.

Todavia, sabemos que não é fácil. Para que seja efetivada adequadamente a inclusão escolar é necessário o comprometimento de todos do convívio diário escolar da criança. De acordo com Suplino (2009, p. 2), “para que o acesso esteja garantido, torna-se necessário assegurar a permanência com qualidade”. Ou seja, a equipe pedagógica deve buscar uma forma de incluir todos os alunos com deficiência em detrimento das condições físicas e de capacitação profissional. Deste modo, é fundamental que o currículo escolar foque nas potencialidades de cada aluno para que seu aprendizado seja prazeroso e significativo. Esta atuação curricular deve ser orientada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) e pelos profissionais que fazem parte da equipe, como psicopedagogo, psicólogo, assistente social, pelo professor que está diariamente convivendo com a realidade do seu alunado e pelas famílias.

Um exemplo de currículo importante para o estímulo da autonomia e aprendizado da criança é o Currículo Funcional Natural, segundo LeBlanc citado por Suplino (2005, p. 33), “tornar o aluno mais independente, produtivo e mais aceito socialmente”. Partindo disso, é imprescindível saber as individualidades de cada

aluno, saber o que é necessário ou não para o seu aprendizado. A partir disto, o professor poderá avaliar o progresso e os bloqueios de seu aluno. Para que o educador consiga fazer este trabalho com excelência, é necessário conhecimento prévio e formação qualificada do contrário, nada adiantaria a metodologia utilizada. E esta é uma das grandes dificuldades encontradas nas escolas, a falta de profissionais qualificados ou abertos para novos conhecimentos.

2.3 ESTRATÉGIA DE ADAPTAÇÃO CURRICULAR PARA AUTISTAS: CURRÍCULO FUNCIONAL NATURAL

Segundo Scardua (2008, p. 2), “para que haja inclusão escolar, é necessário comprometimento por parte de todos os envolvidos, alunos, professores, pais, comunidade, diretor”. Nos anos 70, Bijou e Baer conceituaram um currículo funcional para crianças pré-escolares e propuseram que ele deveria inserir três componentes básicos, que são:

- 1) estabelecer metas de comportamentos que fossem relevantes ao desenvolvimento das crianças dentro de seu ambiente (decidindo quais comportamentos reforçar e quais diminuir para que as crianças se desenvolvessem otimamente dentro de seu ambiente);
- 2) ajustar as condições e procedimentos de ensino para favorecer uma ótima aprendizagem (decidindo que técnicas utilizar para realizar as mudanças de comportamentos e aprendizagem de novas habilidades);
- 3) avaliar constantemente a efetividade destes procedimentos (por meio da avaliação do comportamento durante o processo de ensino) (LEBLANC, 1998, p.1).

Assim LeBlanc, Etzel e Domash (1978) descreveram, que para a educação dessas crianças era necessário ensinar a elas habilidades que as levassem a funcionar da melhor forma possível dentro de seu contexto familiar e social, com criatividade e independência para que se tornem pessoas responsáveis e capaz de se sobressair de qualquer situação de seu cotidiano. Trata-se de um ensino que oferece oportunidades naturais para os alunos aprenderem o que é importante para torná-los mais independentes, esse tipo de currículo pode trazer benefícios aos alunos com autismo e auxiliar no processo de inclusão, pois ajuda a identificar os objetivos educacionais de cada aluno e a aplicação destes no contexto educacional inclusivo.

3 METODOLOGIA

Para a criação deste trabalho, foram utilizados a metodologia qualitativa, bibliográfica. De acordo com Boccato (2006):

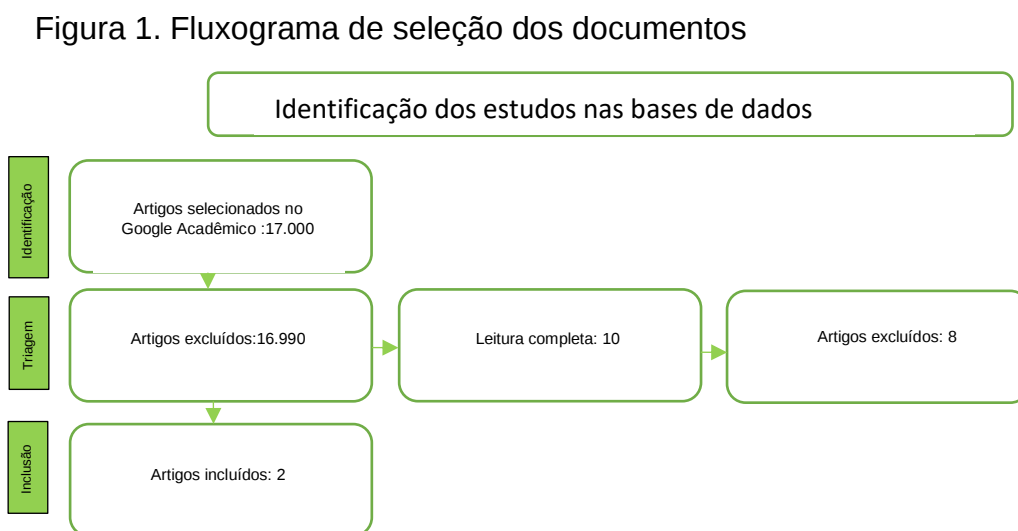
“A pesquisa bibliográfica busca o levantamento e análise crítica dos documentos publicados sobre o tema a ser pesquisado com intuito de atualizar, desenvolver o conhecimento e contribuir com a realização da pesquisa.”

Assim, para maior compreensão sobre o as adequações curriculares e a função do professor na inclusão dos alunos com autismo, a análise qualitativa compreende as complexidades do tema, como: o histórico da inclusão e sua definição, dificuldades

dos alunos com TEA, teorias educacionais aliadas a prática e um modelo de adaptação curricular voltado a capacitação dos profissionais e a importância da efetivação da inclusão para estes alunos.

Enquanto, do ponto de vista da coleta de dados, esta pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica, pois consiste em uma análise de trabalhos disponíveis na plataforma do Google Acadêmico cujos temas estavam relacionados à inclusão dos alunos autistas e voltados a temática de adaptações. Para Gil (2002, p.44), a pesquisa bibliográfica “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” sendo assim, nesta pesquisa buscou-se encontrar trabalhos que mostrassem como ocorre na teoria e na prática a adaptação de currículos educacionais voltados a inclusão, como se dá a atuação docente do professor e seus desafios essas adequações e um modelo de proposta de currículo inovador que é o CNF. As pesquisas pelos trabalhos na base de dados do Google acadêmico ocorreram entre os meses de março e setembro de 2023, considerando os documentos publicados entre 2009 e 2021. A temporalidade é importante pois limita o pesquisador a se concentrar em publicações de determinados anos. Assim, os artigos que não atenderam os critérios de inclusão foram descartados.

O método utilizado para afunilar a vasta gama de artigos publicados com a mesma temática, foi seleção dos arquivos através dos descritores temáticos que mais possuíam relevância, no qual foram contabilizados 17.000 artigos com a temática sobre o histórico da inclusão na educação delimitando o ano de 2009 a 2021, incluindo somente os trabalhos brasileiros, com autores que já possuíam grandes feitos na área, os que não possuíam repetições em suas temáticas e desse número foram selecionados apenas 10 para a leitura, e apenas 2 artigos foram utilizados como referência bibliográfica para este trabalho. Abaixo temos a Figura 1 que apresenta o fluxograma referente aos trabalhos selecionados:



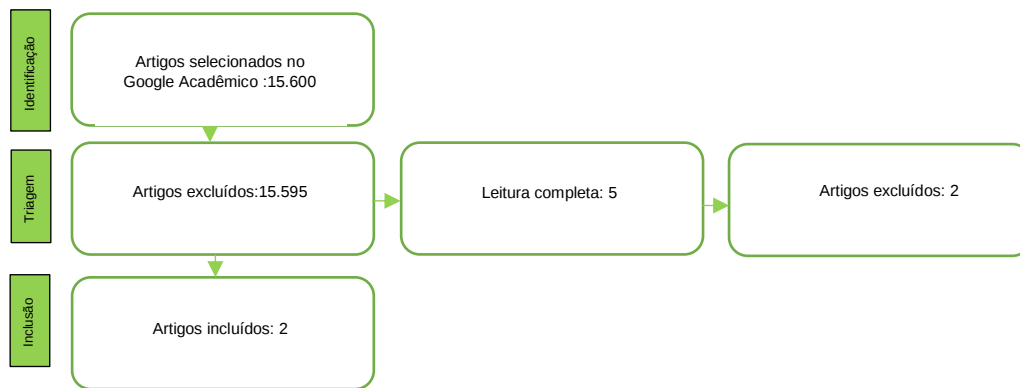
Fonte: Adaptado de Carvalho (2023)

Em um segundo momento, pesquisou-se documentos que identificavam os desafios que o professor da sala regular de ensino enfrenta no processo de inclusão de estudantes com autismo e suas demais características. Para

esta parte, foi pesquisado apenas os trabalhos que possuíam a temática sobre os desafios enfrentados para a inteira inclusão de alunos com TEA. Com isso, foram descartados através da leitura do resumo, e os que mais condiziam com o tema, eram adicionados a leitura completa.

Abaixo temos a Figura 2 que apresenta o fluxograma referente aos trabalhos selecionados cujos assuntos têm a ver com a temática abordada:

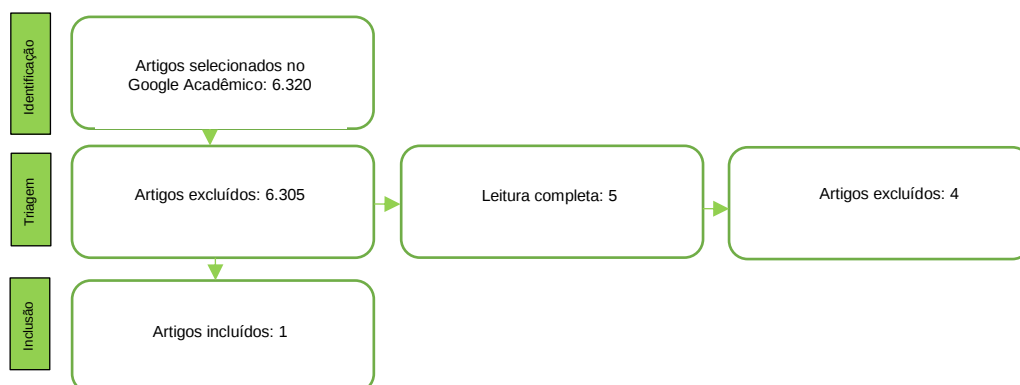
Figura 2. Fluxograma de seleção dos documentos



Fonte: Fonte: Adaptado de Carvalho (2023)

Em um terceiro momento, pesquisou-se documentos que abordavam as estratégias de adaptações metodológicas de ensino baseando-se currículo funcional e os demais foram descartados. Através da seleção, foi feita a leitura completa dos artigos selecionados como relevantes para o pesquisador. Abaixo temos a Figura 3 que apresenta o fluxograma referente aos trabalhos selecionados cujos assuntos têm relação com a temática acima:

Figura 3. Fluxograma de seleção dos documentos



Fonte: Adaptado de Carvalho (2023).

4. RESULTADOS E DISCURSSÕES

Considerando a complexidade trabalhos que relacionam TEA e adaptação curricular no âmbito do currículo funcional natural aliada ao apoio institucional, destaca-se a grande variedade trabalhos acadêmicos relacionado com o tema ser estudado. Contudo, os objetivos propostos foram alcançados, uma vez que foi possível constatar selecionar os se encaixaram com a minha proposta, por meio dos artigos analisados, as atividades desenvolvidas pelos pesquisadores de acordo com os temas observados, além de reconhecer a importância de cada um no processo de inclusão e adaptação do aluno autista.

Nesta seção foram analisados os artigos encontrados, quanto a seus títulos, autores, ano, tipo de trabalho, conforme mostra o quadro 1.

Quadro 1 – Documentos sobre o tema do artigo adaptações curriculares: histórico

Autor/Ano	Tipo de documento	Título	Local de Publicação
Zanato (2017)	Dissertação	Educação Inclusiva: um olhar sobre as adaptações curriculares	Revista @mbiente Educação – São paulo
NETO, Antenor de Oliveira Silva (2018)	Artigo	Educação inclusiva: uma escola para todos	Revista Educação Especial-Santa Catarina

Fonte: Pereira, 2023

A partir dos estudos realizados por Neto (2018) foi enfatizado um resgate histórico dos principais movimentos voltados para a inclusão no Brasil. Os estudos citados no quadro acima, destacam que a inclusão escolar plena não é uma tarefa

fácil, pois são necessárias a estruturação progressiva e a mudança significativa no sistema educacional e na concepção de inclusão por parte da sociedade em geral e, principalmente, dos profissionais escolares e dos familiares.

A partir dos resultados, os autores constataram que a inclusão do aluno com transtorno do espectro autista na perspectiva educacional, ainda necessita de muitas mudanças e enfrenta grandes desafios dentro e fora da sala de aula e que, é importante conhecer as teorias que embasam os currículos escolares para operar mudanças que atendam às necessidades dos alunos.

Quadro 2– Autismo e suas definições, documentos e leis inclusivas e educação para alunos com TEA.

Autor/Ano	Tipo de documento	Título	Local de Publicação
CÔRTEZ, M. do S. M.; ALBUQUERQUE, A. R (2020)	Artigo	Contribuições para o diagnóstico do transtorno do espectro autista	Santa Catarina
LEITE, Lúcia Pereira (2011).	Artigo	Troca de saberes entre professora de matemática e aluno	Revista Psicologia da Educação – Puc, São Paulo

		com Transtorno do Espectro Autista	
--	--	------------------------------------	--

Fonte: Pereira, 2023.

Os autores Côrtes, M. do S. M. .; Albuquerque, A. R (2020) revisaram a trajetória das principais concepções teóricas e pesquisas clínicas que contribuíram para a elucidação e o estabelecimento do diagnóstico do (TEA), por ser um transtorno com abordagem multidisciplinar, e conhecer história por trás do diagnóstico estabelecido atualmente na Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10), da Organização Mundial de Saúde (OMS), e no Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), da Associação Americana de Psiquiatria (APA), que contribui para a compreensão do TEA. Os autores ainda enfatizam que reconhecer o percurso que os antecessores traçaram nos leva a olhar adiante, para o que ainda não foi elucidado pela ciência e pela tecnologia, pois o saber se multiplica a cada dia.

Esses aspectos são complementados por Leite, Lúcia Pereira (2011). Que demonstra em seu trabalho os resultados da efetivação de uma atividade prática de adequação curricular, para facilitar o progresso acadêmico de alunos com necessidades educacionais especiais e seus principais autores.

Quadro 3 – Estratégia de adaptação: Currículo Natural Funcional

Autor/Ano	Tipo de documento	Título	Local de Publicação
SANTOS, Andréa Rizzo dos.	Dissertação	Educação do aluno com autismo: um estudo circunstanciado da experiência escolar inclusiva e as contribuições do currículo funcional natural.	Repositório Unesp, 2009.

Fonte: Pereira, 2023

Como conclusão, a autora Giardinetto (2009) destaca a importância da formação de professores e a utilização de tecnologias assistivas para a inclusão escolar explorando a perspectiva Currículo Funcional Natural defendida por LeBlanc, Etzel e Domash (1978), que é um programa educacional utilizado na educação de alunos com autismo em escolas de educação especial que desenvolve práticas pedagógicas mais inclusivas. O papel do professor, portanto, se faz fundamental nesta relação. O aluno tem a ampliação de seus interesses e habilidades, no seu nível de integração social bem como no fortalecimento da qualidade de seus vínculos e especialmente no conhecimento, importância e função das habilidades acadêmicas para sua vida. Assim a autora configura o CFN as suas contribuições na

área que traz como configuração um grupo de objetivos a ensinar e procedimentos de como ensinar, ser funcional, natural, divertido que se é aplicado na escola junto com a parceria da equipe externa multidisciplinar. Assim, podemos compreender que o programa CFN traz inúmeros benefícios aos alunos com autismo e auxilia no seu processo de inclusão, pois ajuda a identificar os objetivos educacionais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise de todo o material bibliográfico contido neste trabalho, é nos permitido pensar e refletir nos grandes desafios enfrentados diariamente não só pelas crianças autistas, mas também por seus familiares e pela equipe multidisciplinar. É de suma importância a participação ativa de todas as partes no processo de inclusão sabemos que assim como toda criança, crianças com autismo não possuem um manual, não conseguem seguir os padrões ditados pela sociedade, diferente das outras crianças, o seu lado social é prejudicado por conta de seu transtorno que afeta seu aprendizado, seu desenvolvimento e sua conduta.

Ainda que na prática a inclusão destes alunos seja um desafio, há inúmeras possibilidades para que ela aconteça. Cabe a nós, os profissionais da educação, juntamente com a família, estarmos atentos as especificidades dos alunos e procurar a melhor forma de está efetuando o seu aprendizado. Com a proposta do currículo funcional natural, o aluno está apto a aprender independente de suas limitações, é trabalhado a autoestima do aluno, a sua independência e autonomia, porque a partir das práticas vivenciadas no dia a dia ele vai aprender as suas funcionalidades.

É uma tarefa difícil, mas não podemos desanimar frente às dificuldades enfrentadas, força, incentivo e motivação para um futuro melhor, pois o amanhã dependerá do que fizermos hoje.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: informação e documentação: artigo em publicação periódica técnica e/ou científica: apresentação. 2.ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2018a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2018b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024**: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento: apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo, resenha e resenha: apresentação. Rio de Janeiro, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. 3. ed. Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/Secretaria de Educação Especial. MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Decreto nº 6.571- Atendimento Educacional Especializado, 2008

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares/Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998

GIARDINETTO, Andréa Rizzo dos Santos Boettger. Educação do aluno com autismo: um estudo circunstanciado da experiência escolar inclusiva e as contribuições do currículo funcional natural. 2009. 193 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2009. Disponível em <http://hdl.handle.net/11449/102271>

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnica de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1996

LEBLANC, J. M. Currículo Funcional/Natural para la vida - definición y desarrollo histórico. Centro de Educación Especial. Ann Sullivan, Peru, 1998.

MIURA, R. K. K. Considerações sobre o Currículo Funcional Natural – CFN. In: OLIVEIRA, A. A. S.; OMOTE, S.; GIROTO, C. R. M. (Org.). Inclusão Escolar: as contribuições da educação especial. São Paulo: Cultura Acadêmica, Marília: Fundepe Editora, 2008. p.153-165

UNESCO. Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 11 set. 2023

ZANATO, C. B.; GIMENEZ, R. Educação Inclusiva: um olhar sobre as adaptações curriculares. Revista @mbienteeducação, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 289–303, 2017. DOI: 10.26843/v10.n2.2017.30.p289 - 303. Disponível em: <https://publicacoes.unicid.edu.br/ambienteeducacao/article/view/30>. Acesso em: 10 set. 2023.

SPERANDIO, Daniele Spadotto (org.) *et al.* **Manual de normalização de trabalhos**

acadêmicos do IFPI. Teresina: IFPI, 2017. Disponível em: https://www.ifpi.edu.br/area-do-estudante/bibliotecas/manual_tcc_atualizado.pdf. Acesso em: 12 ago. 2021.